



**Sustentabilidade, os ODS e a atuação do Tribunal de Contas da União**

**Ministro Weder de Oliveira**

**Figura 2 – Os 5 P's da Sustentabilidade**



Fonte: Disponível em <http://nospodemos-sc.org.br/os-5-ps-da-sustentabilidade/>. Acessado em 20/3/2017.



# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**1** ERRADICAÇÃO DA POBREZA

**2** FOME ZERO

**3** BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

**4** EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

**5** IGUALDADE DE GÊNERO

**6** ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO

**7** ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA

**8** EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

**9** INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

**10** REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

**11** CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

**12** CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

**13** COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

**14** VIDA DEBAIXO D'ÁGUA

**15** VIDA SOBRE A TERRA

**16** PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES

**17** PARCERIAS EM PROL DAS METAS

  
**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL


- 17 objetivos

**Objetivo 2.** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

- 169 metas

**Meta 2.4.** Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudança do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

# AGENDA 2030

- Desafios econômicos, sociais e ambientais.
- Transversalidade e complexidade.
- Abordagem integrada de governo (*whole-of-government approach*).
- Posições setoriais  Visão abrangente.
  - Processos de tomada de decisão integrados
  - Agendas ministeriais alinhadas
  - Coordenação e coerência
- Liderança, compromisso dos níveis políticos mais altos, estratégia.

# PAPEL DAS EFS

- Reconhecimento da Assembleia Geral da ONU (RES 69/228/2014)

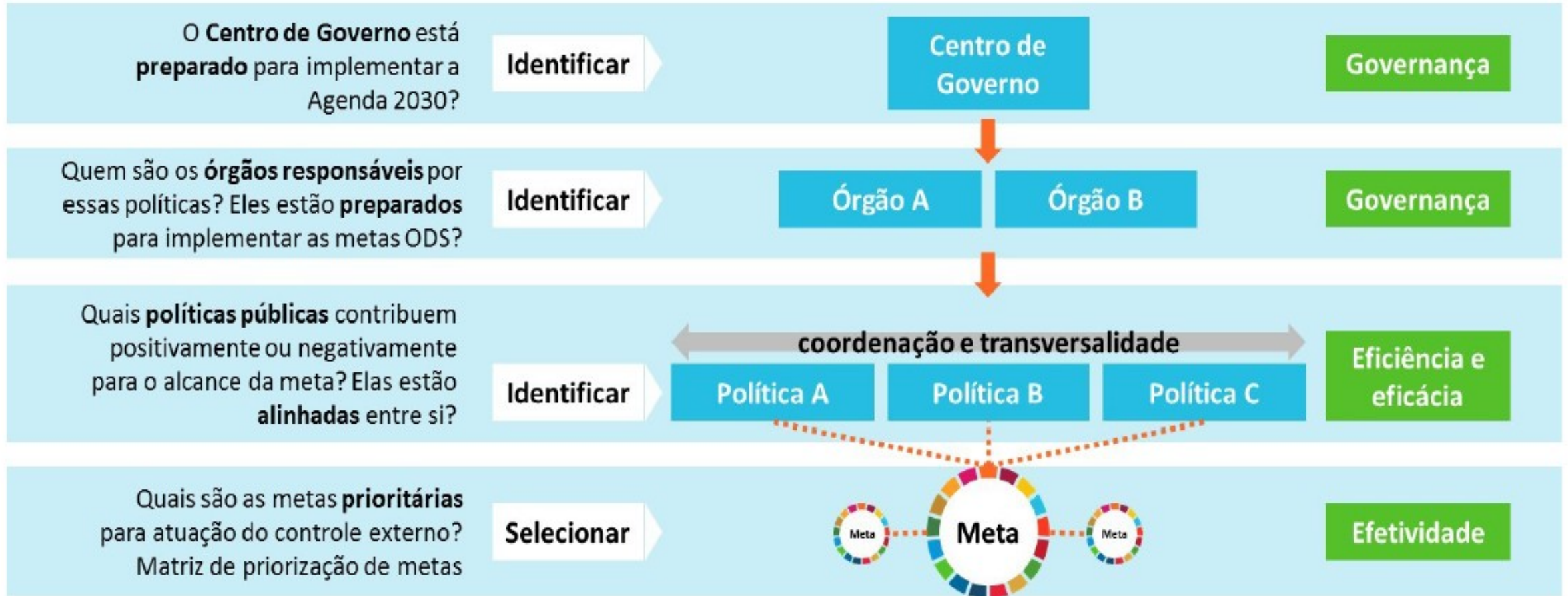
*“Recognizes the important role of supreme audit institutions in promoting the efficiency, accountability, effectiveness and transparency of public administration, which is conducive to the achievement of national development objectives and priorities as well as the internationally agreed development goals;”*

# Preparação do Governo Brasileiro para implementação dos ODS

- Institucionalização, planejamento nacional de longo prazo, monitoramento integrado de políticas públicas.
- Meta 2.4 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

# Preparação do Governo Brasileiro para implementação dos ODS





# Etapas da Agenda ODS

**Figura 3 – Etapas da Agenda ODS**



Fonte: apresentação da SNAS/Segov no GTI ODS/MRE, em 24/08/2016.

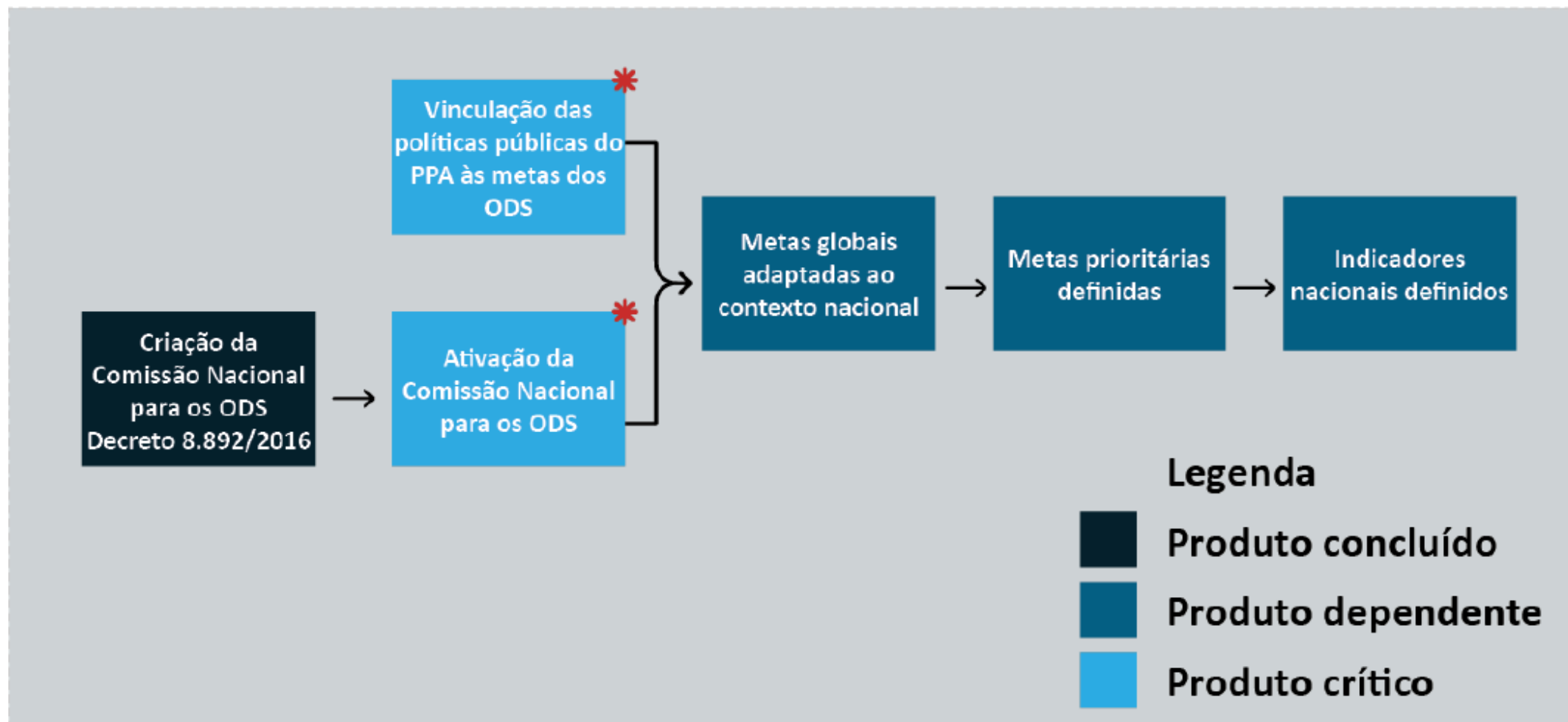
# Etapas da Agenda ODS

- **Internalização** – Adaptação das metas globais dos ODS ao contexto nacional. Definição de indicadores nacionais.
- **Interiorização** – Mapeamento de políticas públicas relacionadas aos ODS. Articulação e mobilização local para levar a Agenda 2030 a todos os setores da administração pública e às distintas esferas de governo.

# Processo de institucionalização DOS ODS

- Definição clara de procedimentos, responsáveis, arenas decisórias e meios para conferir legitimidade à Agenda 2030.
- Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Decreto 8.892/2016).
- Identificação de procedimentos necessários: internalização das metas ODS e a definição de indicadores nacionais para o seu acompanhamento.
- Falta de clareza na definição de atribuições.
- Planejamento detalhado para o processo de institucionalização dos ODS.

# PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO DOS ODS



# DEFINIÇÃO DE INDICADORES

- **Construção de indicadores** (quando não estão disponíveis)
- **Monitoramento dos ODS** envolve “a produção de novas informações, a prospecção e o desenvolvimento de fontes de dados inéditas, a validação de metodologias”, entre outros desafios. (IBGE)

# PLANEJAMENTO NACIONAL DE LONGO PRAZO

- Implementação dos ODS implica compromissos e desafios complexos: (1) erradicar a pobreza e a fome; (2) combater as desigualdades; (3) construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; (4) proteger os direitos humanos; (5) proteção do planeta e de seus recursos naturais.
- Agenda ODS é um proposta para 2030. Pensar políticas em horizonte de longo prazo.
- Oportunidade de fomentar estratégia de longo prazo para o país.

# MONITORAMENTO INTEGRADO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Mecanismos de monitoramento e avaliação: caráter multissetorial, multinível e de longo prazo.
- Aprimoramento da capacidade de avaliação dos órgãos setoriais.
- Aperfeiçoamento da produção de informações.
- ODS têm potencial para induzir a definição de uma estratégia de monitoramento.
- SNIO / IBGE
- IPEA



# Instâncias de coordenação - meta 2.4



Políticas relacionadas a sistemas sustentáveis de produção de alimentos

## Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)

## Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo)

Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo)

Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Política Nacional de ATER (PNATER)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)

Política de Crédito Rural

Plano ABC

Conselho Monetário Nacional (CMN)

Comissão Executiva Nacional do Plano ABC (CENABC)

## Política Agrícola

Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA)





## Lacuna de Coordenação horizontal da meta 2.4



Centro de Governo

Comissão Nacional ODS

Meta 2.4 Sistemas sustentáveis de produção de alimentos



Lacuna de Coordenação horizontal



Política A

Política B

Política C

Política D

Conselho  
da Política A

Conselho  
da Política B

Conselho  
da Política C

Conselho  
da Política D

# DESALINHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- Programas de sustentabilidade ambiental dos sistemas de produção de alimentos (PNAPO, Programa ABC) *versus* Diretrizes políticas que induzem práticas pouco sustentáveis.
- Políticas de créditos e seguro agrícola, em geral induzem o uso de agrotóxicos. Mitigar risco de perdas decorrentes de pragas etc.
- Baixa execução orçamentária para as linhas de crédito voltadas para práticas agropecuárias sustentáveis.

# DESALINHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

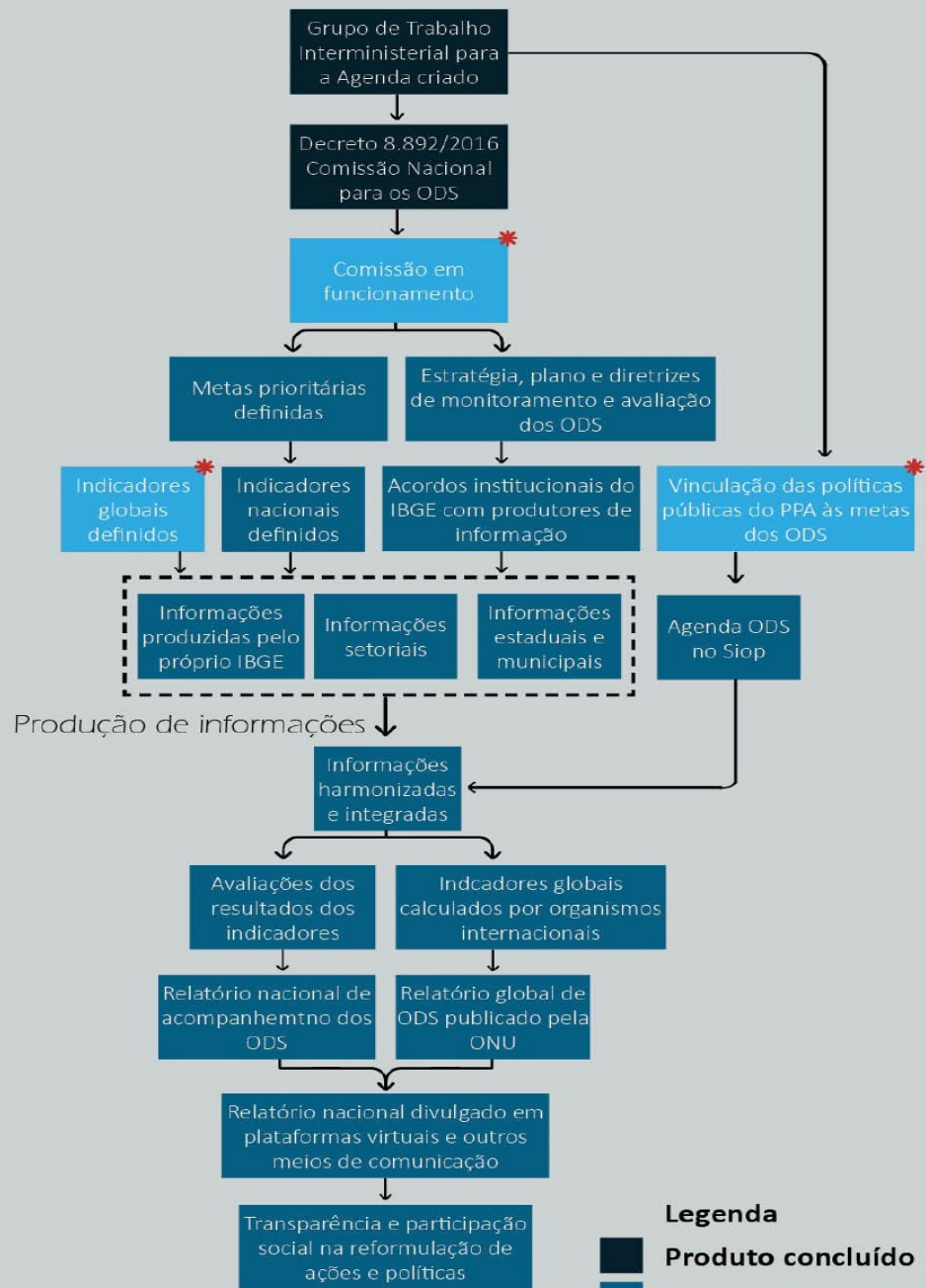
- Falta de conhecimento sobre as necessidades técnicas, operacionais e financeiras dessas alternativas sustentáveis e menos tóxicas.
- Isenções tributárias concedidas à importação, à produção e à comercialização
- Renúncia estimada em R\$ 6,5 bilhões (2011-2016)
- Serviços públicos de assistência técnica e extensão rural (ATER) insuficiente

## Desalinhamento de políticas públicas relacionadas a agrotóxicos





# Intitucionalização dos ODS



# ACÓRDÃO 1968/2017

- Plano de internalização dos ODS, definindo os processos e as atividades necessárias, bem como os respectivos responsáveis, produtos e prazos.
- Estruturação de monitoramento integrado das políticas públicas (multissetorial, multinível e de longo prazo).
- Mecanismos de coordenação interministerial. Alinhamento e consistência das políticas públicas.
- Determinação interna: plano de acompanhamento dos ODS. Ações de curto, médio e longo prazos.

# ODS 12 – SUSTENTABILIDADE NA APF



## AUDITORIA EM **SUSTENTABILIDADE** NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL



### CONTEXTO

**Ambiental**  
(Ambientalmente responsável)

**Social**  
(Socialmente justo)

**Econômico**  
(Economicamente viável)

- Restrição orçamentária
- Recursos naturais limitados
- Poder indutor das compras públicas 20% PIB
- Necessidade de inserção social

### OBJETIVOS DA AUDITORIA

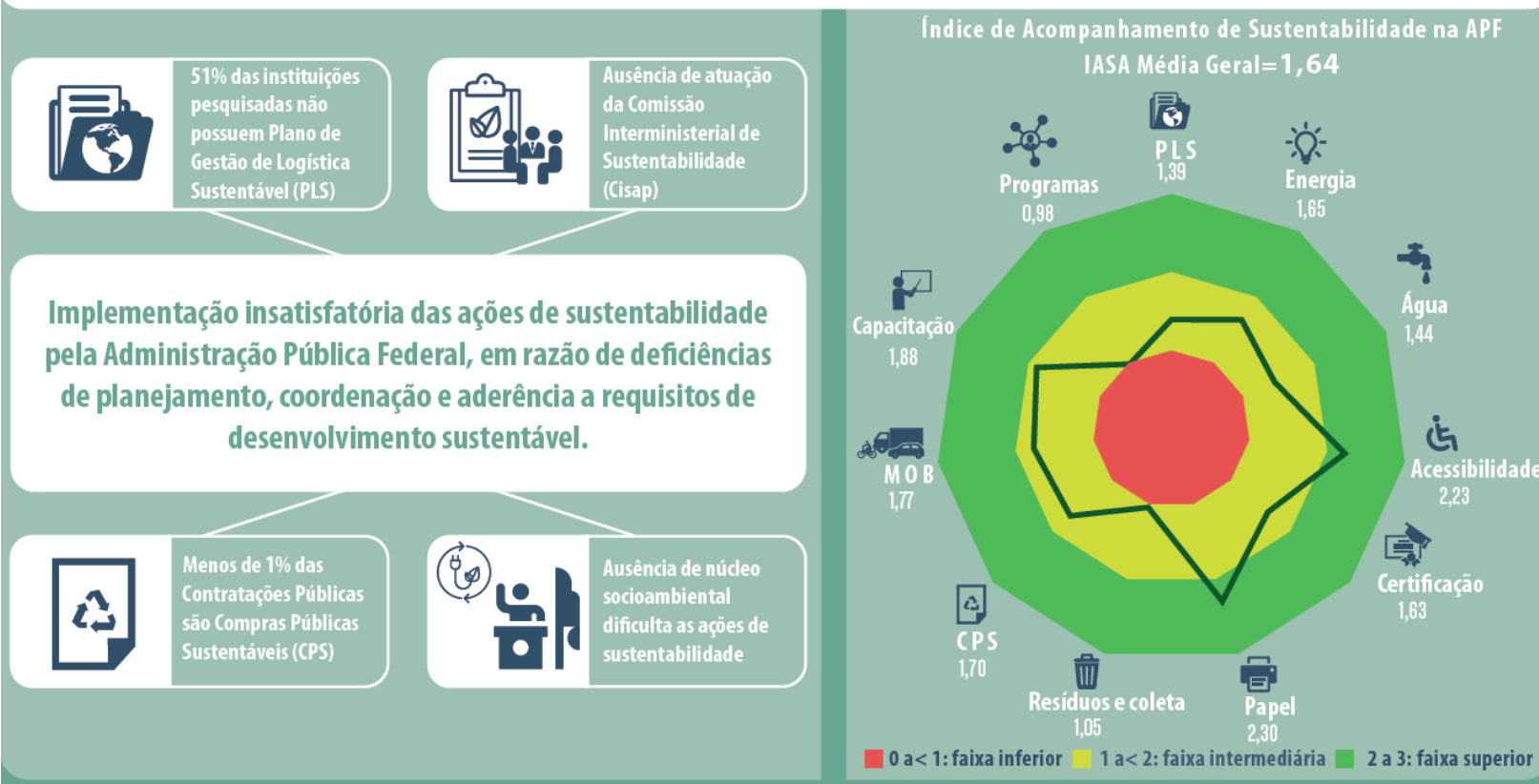
Avaliar o grau de implementação das ações de sustentabilidade na Administração Pública Federal (APF)

Principais temas abordados

- Governança nas políticas
- Consumo sustentável
- Gestão de resíduos
- Sustentabilidade nas aquisições
- Construções sustentáveis

# ODS 12 – SUSTENTABILIDADE NA APF

## PRINCIPAIS RESULTADOS ENCONTRADOS





# ODS 12 – SUSTENTABILIDADE NA APF

## PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU

- ✓ Retomada das atividades da Comissão Interministerial de Sustentabilidade (Cisap) ;
- ✓ Exigência da inclusão do PLS no planejamento das instituições da Administração Pública Federal (APF);
- ✓ Obrigatoriedade da criação de núcleo de sustentabilidade na estrutura das instituições da APF; e
- ✓ Aprimoramento dos critérios e das práticas de sustentabilidade nas contratações públicas.



# ODS 2 – FOME ZERO

## Por que foi avaliado

Apesar de o Brasil ser um dos maiores produtores mundiais de alimento, grande parcela da população não tem acesso regular a uma alimentação adequada, sendo a pobreza o fator determinante dessa problemática. O Programa Fome Zero foi lançado pelo atual Governo com o intuito de enfrentar essa questão, por intermédio da implantação de uma política sustentável de segurança alimentar e nutricional.

Em 2003, o Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, manifestou interesse de que este Tribunal desenvolvesse ações de acompanhamento e controle do Programa Fome Zero. Considerando a materialidade, extensão, repercussão, impacto social e pluralidade de agentes envolvidos no Fome Zero, ficou patente a necessidade de realização de acompanhamento sistemático do programa pelo TCU.

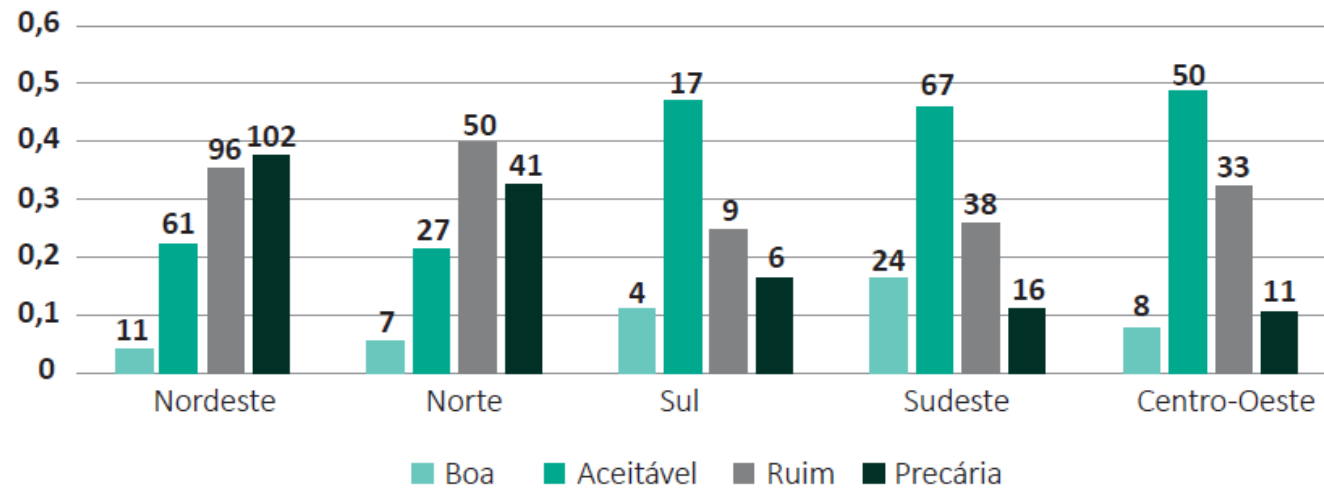
# ODS 3 – PROGRAMA ATENÇÃO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

O objetivo do Programa Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência é assegurar os direitos, promover condições de acessibilidade e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência. Foi constituído, segundo o PPA 2000-2003, por ações relativas às áreas de Previdência e Assistência Social, Saúde e Direitos Humanos.

As ações das áreas da Assistência Social têm abrangência focalizada, na medida em que são dirigidas a segmentos da população em condição de extrema pobreza, com prioridade para as pessoas portadoras de deficiência com renda familiar mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. As demais ações, tanto da área de Direitos Humanos como da Saúde, possuem abrangência universal, porque são destinadas a todos os deficientes.

# ODS 8 – INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

Figura 1 – Gráfico - Infraestrutura / Escolas por Região Geográfica



# ODS 4 – AUDITORIA COORDENADA NO ENSINO MÉDIO

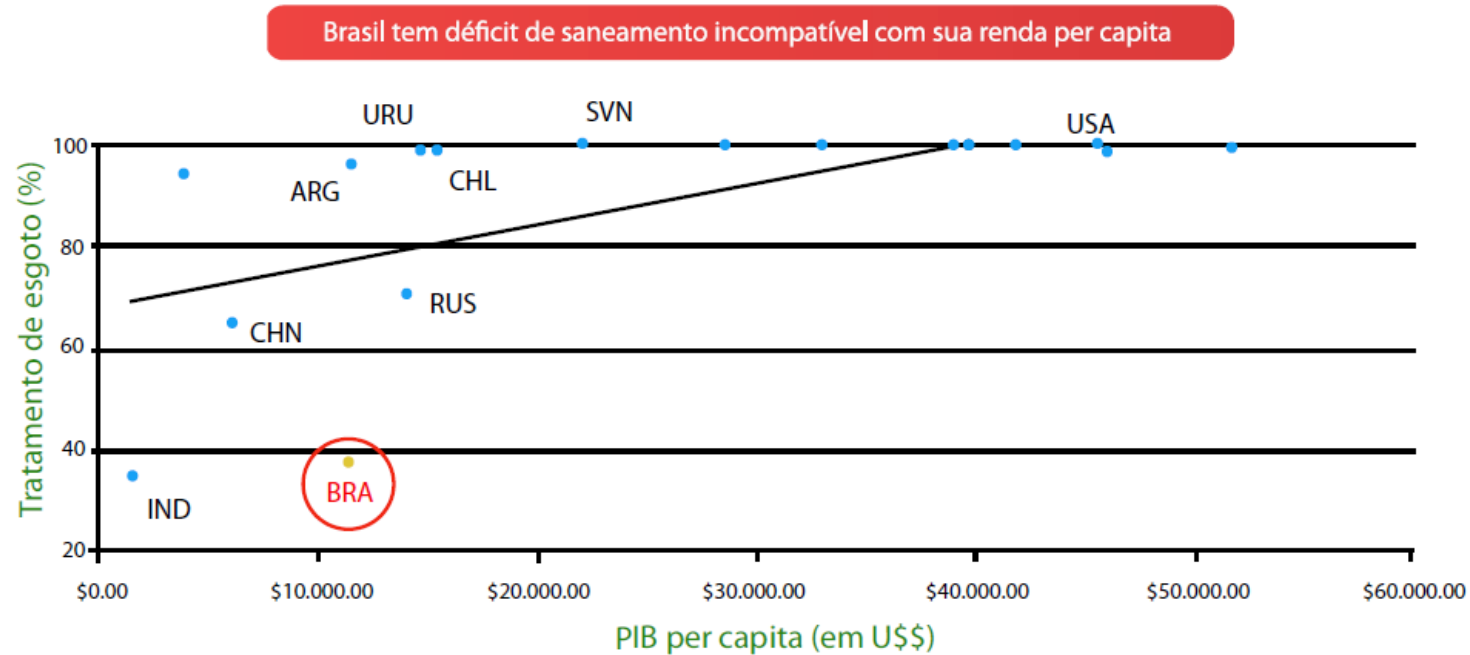
Em 2013, os tribunais de contas do Brasil realizaram auditoria coordenada para identificar os principais problemas que afetam a qualidade e a cobertura do ensino médio no Brasil, bem como avaliar as ações governamentais que procuram eliminar ou mitigar suas causas.

O Ensino médio foi escolhido por ser etapa da educação básica que apresenta grandes desafios em termos de melhoria do ensino e de indicadores educacionais. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cabe aos estados atuar prioritariamente no ensino médio. As redes públicas estaduais concentram cerca de 85% das matrículas dessa etapa de ensino.

## Principais achados e registros

- Há riscos de não atingimento de objetivo previsto na meta 3 do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) que estabelece o compromisso de universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos. O *deficit* de pelo menos 32 mil vagas potenciais, agregadas por unidade da federação (UF), é apresentado na Figura 1.

# ODS 6 – ESGOTAMENTO SANITÁRIO



III. Inexistência de mecanismos sistemáticos de articulação, comunicação e colaboração entre o MCidades e os órgãos e instituições das três esferas governamentais que atuam no saneamento ambiental. Há pouca cooperação técnica entre os agentes do setor e, em alguns casos, há sobreposição de competências e pulverização de esforços.

# ODS 7 – POLITICAS DE SEGURANÇA ENERGÉTICA

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria operacional, no período de 2008 a 2010, com o objetivo de avaliar a adequação de políticas e ações dos agentes do setor elétrico destinados a garantir o abastecimento do mercado nacional de energia, com segurança, eficiência e sustentabilidade, considerando as possibilidades de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica entre os anos de 2009 e 2016.

# ODS 11 – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) busca promover a inclusão econômica e social no campo, por meio da aquisição de produtos advindos de agricultores familiares que se enquadrem no Programa. Além disso, visa garantir alimentos de qualidade às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Desta forma, os beneficiários do Programa podem ser fornecedores ou consumidores dos produtos.



# ODS 15 – RESÍDUOS SÓLIDOS



## LEVANTAMENTO DE AUDITORIA RESÍDUOS SÓLIDOS



### CONTEXTO



**Destinação/Disposição Inadequadas**



Contaminação do solo, de mananciais e de lençóis freáticos



Condições de trabalho degradantes dos catadores de material reciclável



Problemas de saúde pública devido ao Aedes Aegypti



Aumento das emissões de gases de efeito estufa

### OBJETIVOS DO LEVANTAMENTO



Análise da institucionalização e da normatização da Política Nacional de Resíduos Sólidos

#### Principais temas abordados

Disposição final ambientalmente adequada

Logística reversa

Responsabilidade compartilhada

Planos de gestão de resíduos sólidos

# ODS 15 – RESÍDUOS SÓLIDOS

## RESULTADOS ENCONTRADOS



Ausência de aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos



Não implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR)

**Baixa implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em função de fragilidades no planejamento, na avaliação, na fiscalização, na transparência e no monitoramento das ações governamentais**



Dificuldades de estados e municípios para disposição ambientalmente adequada de resíduos e encerramentos dos lixões



Falta de participação dos estados, municípios, iniciativa privada e sociedade civil nos comitês da PNRS

## Dados levantados



27 unidades da federação

apenas **nove** possuem Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos



5.568 municípios

apenas **2.325** possuem Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos



5.568 municípios

apenas **2.255** dispõem corretamente seus rejeitos em aterros sanitários

# ODS 15 – GOVERNANÇA DE SOLOS

## Auditoria de Governança de solos

### Importância

Solo é a base para a produção de:



Área total:  
851 milhões  
de hectares

Área  
degradada:  
140 milhões  
de hectares



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade

### Objetivos

Avaliar a governança nas **políticas públicas de ocupação e uso dos solos**, sob aspectos territoriais, e de conservação e recuperação dos solos, sob o aspecto da **sustentabilidade**

Escopo	
Regulação - Ocupação e uso	Sustentabilidade - Conservação e Recuperação
Iniciativas de zoneamento do território	Plano Agricultura de Baixo Carbono
Ordenamento fundiário, Regularização, Reforma Agrária	Programa de Combate à Desertificação
Certificação e Cadastro de Imóveis Rurais	Programa Produtor de Água
Cadastro Ambiental Rural	Programa Bolsa Verde

# ODS 15 – GOVERNANÇA DE SOLOS

## Resultados



### Normatização e institucionalização

- Complexidade e dispersão da legislação brasileira
- Sobreposições e lacunas na atuação de órgãos governamentais
- Dissociação das legislações de solo e água
- Excesso de obrigações cadastrais dos proprietários rurais sem uso efetivo das informações



### Dinâmica de avaliação e monitoramento

- Ausência de rotinas de monitoramento
- Insuficiência de indicadores de desempenho
- Sistemas de TI não integrados



### Planos e Objetivos

- Ausência de planejamento integrado
- Insuficiência de elementos básicos para atuação coordenada
- Insuficiência de conhecimento sobre os solos
- Inconsistências nos dados oficiais



# ODS 8 – CONCESSÕES FLORESTAIS FEDERAIS

O instrumento da concessão florestal foi idealizado com o objetivo de permitir que o governo gerencie o patrimônio florestal de forma a combater a grilagem de terras e evitar a exploração predatória dos recursos existentes, evitando assim a conversão do uso do solo para outros fins, como pecuária e agricultura, e promovendo uma economia em bases sustentáveis e de longo prazo. Para o governo, a vantagem da concessão é transferir parte das funções e responsabilidades públicas para a iniciativa privada, alcançando, simultaneamente, o manejo sustentável das florestas e a diminuição dos custos governamentais de administração, monitoramento e fiscalização dessas áreas.

PAOF	Quantidade de Florestas Identificadas	Quantidade de Licitações Realizadas	% de Execução
2008	7	1	14
2009	30	0	0
2010	24	1	4
2011	11	1	9
2012	10	2	20

INDIMAPA

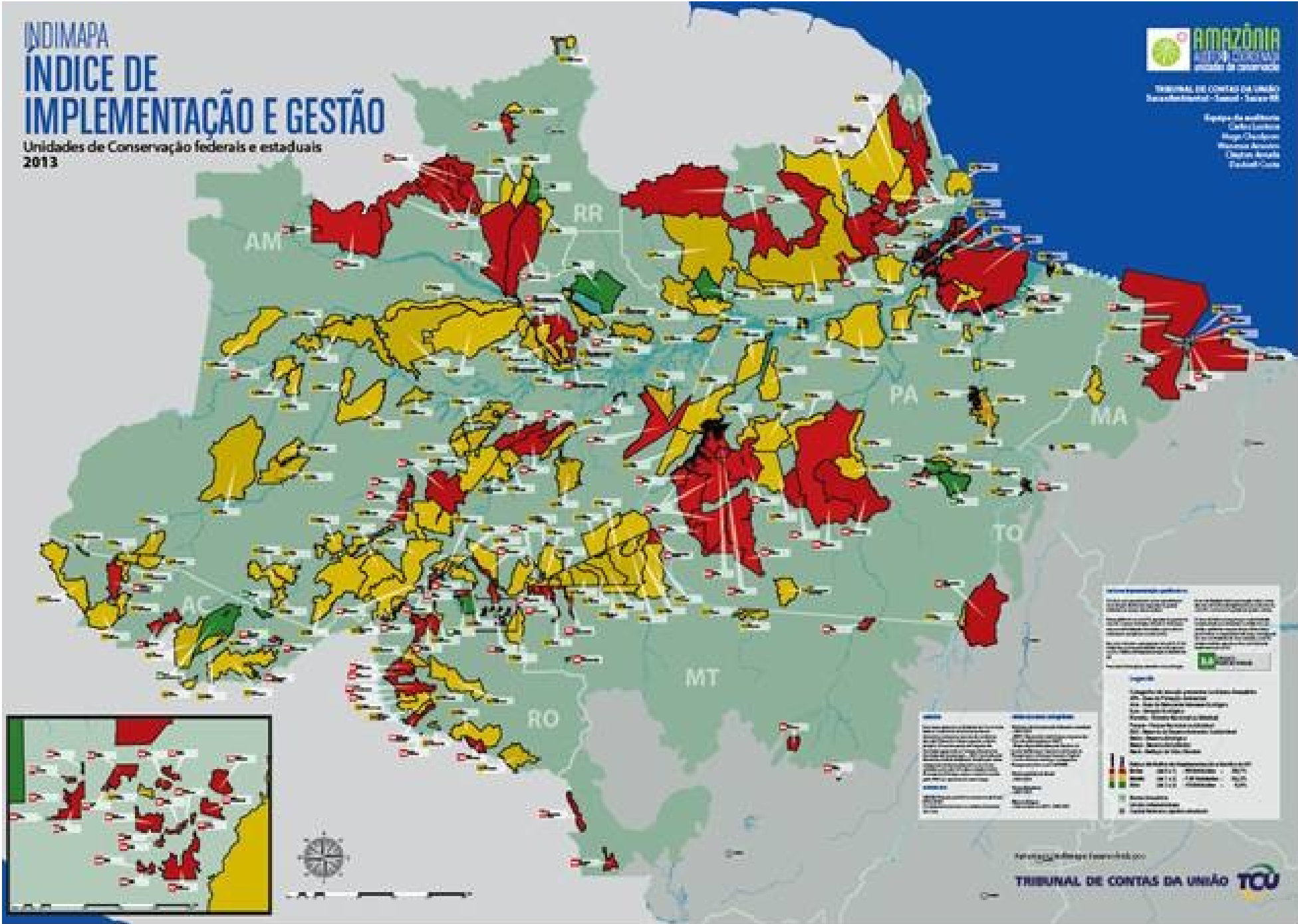
# ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

Unidades de Conservação federais e estaduais  
2013



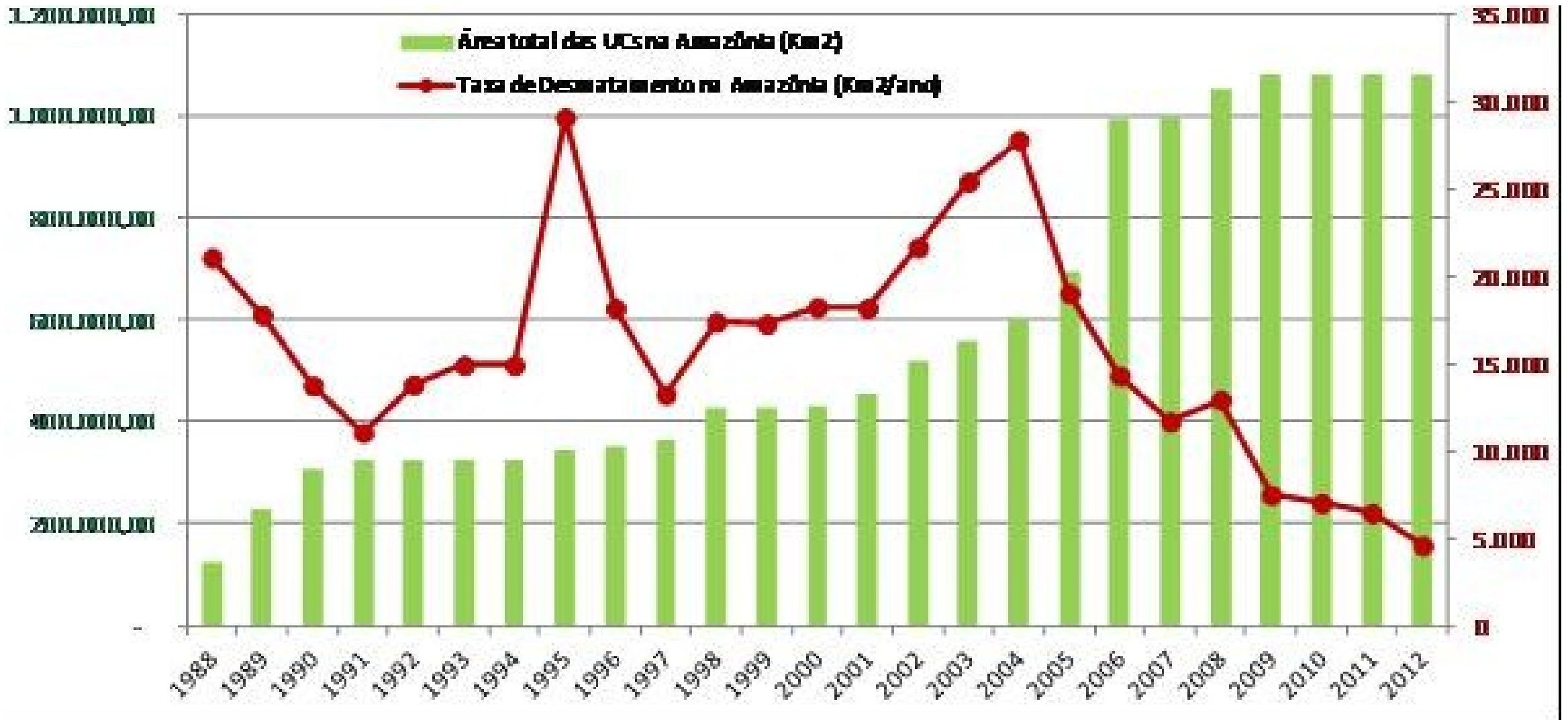
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
Supracabineamento - Junho - Setembro 2013

Equipe de auditoria:  
Carla Loretan  
Rogério Castanho  
Maurício Amorim  
Christine Araújo  
Tatiana Costa

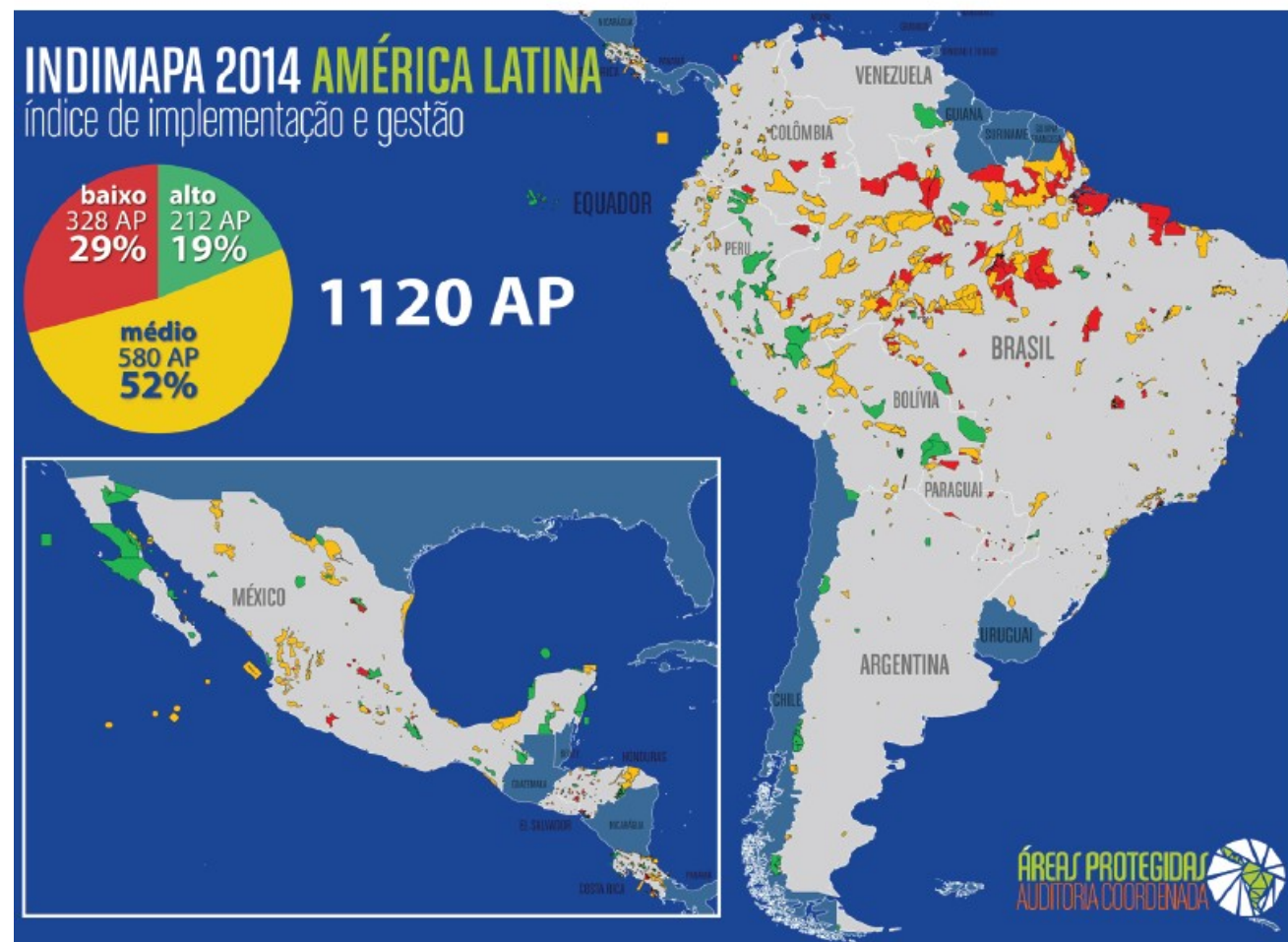


# Resultados

- Contribuição para a proteção do patrimônio natural



Atualmente, 19% das APs latino-americanas encontram-se na faixa verde, indicativa de alto grau de implementação e gestão, enquanto quase 30% ainda está no nível mais baixo de gestão.





# **Sustentabilidade, os ODS e a atuação do Tribunal de Contas da União**

**OBRIGADO !**

**Ministro Weder de Oliveira**